

Tópicos de Recursos Informativos: Descritiva e Informática

Representação Descritiva

A ISBD: um instrumento de representação descritiva em evolução

José Fernando Modesto da Silva

1. Introdução

A história da catalogação no século XX é marcada pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, organizada pela IFLA, e realizada em Paris em outubro de 1961, com patrocínio da UNESCO. É também reforçada pela Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), evento realizado na cidade de Copenhague, em 1969, com participação de 32 países; com patrocínio pela IFLA, e no qual Micheal Gorman apresentou o documento denominado “*International Standard Bibliographic Description*” (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada), propondo a padronização das informações contidas na descrição bibliográfica. Embora, outros eventos significativos tenham ocorrido.

Estes dois eventos, em especial, promoveram mudanças significativas nos instrumentos e processos catalográficos ao longo de décadas, inclusive subsidiando outros eventos, e que, na primeira década do século XXI, instrumentalizam mudanças contínuas nos processos descritivos, que buscam adequar a catalogação aos novos conceitos e necessidades advindas com as tecnologias de comunicação e informação – TIC e a ambiência digital.

Ao abordar as mudanças nos instrumentos de representação descritiva, o enfoque deste texto é o de destacar a importância e a evolução da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada – ISBD. Uma norma de padronização que é resultado das atividades iniciadas em cumprimento às resoluções propostas ao final do encontro dos Princípios de Paris, em 1961, e, materializadas, no citado documento preparado por Michel Gorman e apresentado na RIEC. (CUNHA, 1979).

Especificamente, ao tratar dos códigos utilizados para descrever recursos documentais, vale lembrar as mudanças que ocorrem e parecem desestabilizar práticas catalográficas adotadas por décadas. A atual substituição da AACR2r (Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição, revista) pela RDA (Recursos: Descrição e Acesso) não determina o fim da representação descritiva, mas uma evolução de um processo tradicional baseado no físico, para um outro baseado nas formas de suporte e do conteúdo (impresso e digital), e os relacionamentos passíveis de serem estabelecidos entre a produção do conteúdo, sua autoria, temática e derivações literárias.

Aliás, deve-se observar que a mais de 50 anos a catalogação está em mudanças. Ser catalogador não é um desafio, é um aprendizado persistente.

No Brasil, ocorre uma discussão com ênfase no uso prático da RDA, sem maior reflexão sobre os seus conceitos, finalidades, e as alterações sofridas com relação a ISBD e a AACR2. A AACR2, desde a edição de 1978, incorpora orientações de pontuação e ordenamento dos elementos descritivos prescritos pela própria ISBD.

Embora, não seja objeto deste texto, observa-se que a RDA não incorpora especificações descritivas de pontuação e ordenamento no corpo de suas regras, liberando a decisão de qual estrutura descritiva adotar à agência bibliográfica. A

ISBD torna-se um apêndice (apêndice D) da RDA, a ser opcionalmente utilizada ou não pelo bibliotecário.

2. O que é a ISBD

A Descrição Bibliográfica Normalizada Internacional serve como a principal norma de promoção do controle bibliográfico universal. O seu objetivo essencial é o de oferecer coerência aos registros bibliográficos que favoreça ao seu intercâmbio. Neste sentido, a ISBD busca servir como a principal norma para a formação do controle bibliográfico universal, ou seja, que a informação bibliográfica dos recursos publicados pelos países esteja disponível de forma universalizada e em padrão aceitável internacionalmente. (IFLA, 2011).

Nas figuras 01, 02 e 03 exemplificam-se a importância do uso de um padrão bibliográfico para a apresentação e o intercâmbio de registros bibliográficos, e, em especial, a função de padronização da ISBD. Como ilustração, tente o leitor, identificar na figura 01, por exemplo, os dados de título ou de responsabilidade, ou mesmo de distribuição entre outros elementos descritivos. Consegue?

Figura 01 – Dados Bibliográficos sem Formato Bibliográfico Definido

个人所得税信息管理系统 电子资源 陕西
三普科技发展有限公司制作V 1.0 西安 陕
西电子音像出版社 2004 1 只读光盘 彩色
12 cm 用户手册67页21 cm 题名取自题名
屏幕 系统要求 PIII500 或以上CPU800x600
或更高分辨率显示器 推荐1024x76864兆
或以上内存推荐128兆50兆或以上硬盘
Win98 或以上操作系统 Win2000
Professional Office2000 Access2000
Excel2000 办公软件 7-900339-87-6

Fonte: Full ISBD Examples Preliminary edition, 2009 (<http://www.ifla>).

org/en/isbd-rg).

Na figura 02, observa-se que a ISBD determina os elementos de dados que permitem transcrever, em uma ordem específica, a descrição de um recurso. Prescreve uma pontuação como meio de reconhecer e apresentar estes elementos de dados de forma compreensível, e independentemente do idioma empregado na descrição. (IFLA, 2011).

Figura 02 – Registro Bibliográfico Pontuado – ISBD

个人所得税信息管理系统【电子资源】/ 陕西三普科技发展有限公司制作.—V 1.0.—西安: 陕西电子音像出版社, 2004.—1 只读光盘: 彩色; 12 cm + 用户手册(67页; 21 cm).—题名取自题名屏幕.—系统要求: PIII500或以上CPU, 800x600 或更高分辨率显示器(推荐1024x768), 64 兆或以上内存(推荐128兆), 50兆或以上硬盘, Win98 或以上操作系统(Win2000 Professional), Office2000 (Access2000, Excel2000)办公软件.—ISBN 7-900339-87-6

Fonte: Full ISBD Examples Preliminary edition, 2009 (<http://www.ifla.org/en/isbd-rg>).

Nota-se, também, que a pontuação prescrita na ISBD funciona como um código linguístico, interpretável em si mesmo. Ao visualizar a Figura 02 e, embora não dominando o idioma japonês, pode-se identificar pela posição e pontuação, alguns dados bibliográficos.

Na figura 03, é reforçada sua importância para o processo de intercâmbio independentemente do idioma de transcrição, bem como, a compreensão do registro fica evidente, além de mais proveitosa ao serviço de informação e ao conceito do controle bibliográfico.

Figura 03 – Registro Bibliográfico Formatado por Área da ISBD

Area 1	个人所得税信息管理系统 [电子资源] / 陕西三普科技发展有限公司制作
Area 2	. — V 1.0
Area 3	
Area 4	. — 西安 : 陕西电子音像出版社, 2004
Area 5	. — 1 只读光盘 : 彩色 ; 12 cm + 用户手册 (67页 ; 21 cm)
Area 6	
Area 7	. — 题名取自题名屏幕. — 系统要求 : PIII500或以上CPU, 800x600或更高分辨率显示器 (推荐1024x768), 64兆或以上内存 (推荐128兆), 50兆或以上硬盘, Win98或以上操作系统 (Win2000 Professional), Office2000 (Access2000, Excel2000)办公软件
Area 8	. — ISBN 7-900339-87-6

Fonte: Full ISBD Examples Preliminary edition, 2009
(<http://www.ifla.org/en/isbd-rg>).

3. As ISBDs e a ISBD consolidada: características e origens

Sobre a evolução da ISBD, saliente-se que, em 2009, ano da publicação pela IFLA, da nova **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação** que substituiu e ampliou as **Declarações dos Princípios de Paris de 1961**, ficou estabelecido que os dados bibliográficos de uma descrição, deve se basear em norma acordada internacionalmente. (IFLA, 2011).

Saliente-se que a ISBD é a norma acordada como padrão internacional pela comunidade bibliotecária. Entretanto, como a declaração dos princípios não é destinada, exclusivamente, para bibliotecas, ela serve também aos arquivos e museus, além de outras comunidades de informação.

Apesar da ISBD ser conhecida e estudada nas disciplinas de Representação Descritiva, ministradas nos cursos de Biblioteconomia, é interessante repetir, ainda que sinteticamente, um pouco do seu histórico, característica e evolução, desde um conjunto de normas geral e específica, até a atual norma consolidada, englobando conceitos dos FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos).

3.1 O programa ISBD

A origem da Descrição Bibliográfica Normalizada Internacional remonta a 1969, quando sob a promoção do Comitê sobre Catalogação da IFLA realizou-se a **Reunião Internacional de Especialista em Catalogação** – RIEC, em Copenhague. Do evento emergiu a proposta de criação de normas que regulassem a forma e o conteúdo das descrições. Esse aspecto resultou no aumento da cooperação e intercâmbio bibliográfico, e na formulação do conceito da ISBD. Em agosto de 1977, no Congresso Mundial da IFLA, realizado em Bruxelas, o Comitê sobre Catalogação adotou novas decisões para o programa da ISBD, em especial, determinou a vigência dos seus textos, fixadas em 5 anos, período no qual revisões deveriam ser consideradas e aplicadas. Para tanto constituiu um Comitê de Revisão da ISBD que iniciou os trabalhos em 1981. (IFLA, 2013).

Quanto à série de edições das ISBD, pode-se mapeá-las da seguinte maneira:

- **ISBD (M)** [*Monographs* / Monografia]: 1971 (texto inicial); 1973 (1ª edição do texto original inglês adaptado por várias agências bibliográficas e traduzidos a diferentes idiomas); 1978 (edição revisada); 1987 (edição revisada); 2002 (edição revisada). O fato de ser a primeira norma específica publicada marca um período na qual imperava maior preocupação com o tipo documental. (IFLA, 2002).
- **ISBD (G)** [*General* / Geral]: 1977 (1ª Edição); 1992 (edição revisada); 2004 (edição revisada); Em 1975 o Comitê responsável pela AACR, propôs ao Comitê de Catalogação da IFLA o desenvolvimento de uma norma de descrição bibliográfica geral, adequada à todos os tipos de materiais bibliográficos. A norma nasce específica, torna-se geral, se especializa e volta a ser, atualmente, norma geral. (IFLA, 2004).

- **ISBD (CM)** [*Cartographic materials / Material cartográfico*]: 1977 (1ª. Edição); 1987 (edição revisada). Especifica os requisitos aplicáveis a descrição e identificação de materiais cartográficos, atribui uma ordem para os elementos da descrição e determina um sistema de pontuação para a descrição. Preocupa-se com publicações na forma legível, como mapas impressos, plantas e globos. Também faz algumas disposições para os problemas de catalogação de publicações especiais antigas e mapas manuscritos. (IFLA, 1987).
- **ISBD (S)** [*Serials / Seriado*]: 1974 (1ª. Edição); 1977 (edição revisada), é harmonizada com a AACR2; 1988 (edição revisada); torna-se **ISBD (CR)** [*Serials and Other Continuing Resources / Recursos Contínuos*]: 2002 (edição revisada). Especifica os requisitos aplicáveis a descrição e identificação de cada recurso bibliográfico, atribui uma ordem para os elementos da descrição, e especifica um sistema de pontuação. Suas disposições dizem respeito, em primeiro lugar, aos registros bibliográficos produzidos por agências bibliográficas nacionais e, em segundo lugar, para registros bibliográficos de outras agências de catalogação, seja em formato eletrônico ou impresso. Recursos contínuos consistem em recursos bibliográficos que são emitidos ao longo do tempo sem uma conclusão pré-determinada. Estes recursos incluem os seriados e os recursos integrados em curso. Enquanto periódicos são emitidos em uma sucessão de fascículos ou partes distintas, os recursos integrados são adicionados ou alterados por meio de atualizações que não permanecem isolados e estão integrados ao todo. (IFLA, 2002).
- **ISBD (CF)** [*Computers Files / Arquivo de Computador*]: 1990 (1ª. Edição); torna-se **ISBD (ER)** [*Electronic Resources / Recursos Eletrônicos*]: 1997 (edição revisada). Especifica os requisitos para um sistema de pontuação e de descrição

de tais itens. Recursos eletrônicos se constitui dos materiais controlados por computador, incluindo aqueles que requerem a utilização de um periférico (por exemplo, leitor de CD-ROM). Estão incluídos dois tipos de recursos: os dados (informações na forma de números, letras, gráficos, imagens e som, ou uma combinação dos mesmos) e programas (instruções ou rotinas para a realização de determinadas tarefas, incluindo o processamento de dados). Além disso, eles podem ser combinados de modo a incluir dados eletrônicos e programas (por exemplo, serviços online, multimídia interativa). Para fins de catalogação, os recursos eletrônicos são tratados de duas maneiras, se o acesso é local ou remoto. Acesso local, entende-se que um suporte físico pode ser descrito (por exemplo, disco, cassetes, cartuchos). Acesso remoto, cujo acesso apenas pode ser fornecido pelo uso de um dispositivo de entrada-saída (por exemplo, um terminal) ou ligado a um sistema de computador (por exemplo, um recurso numa rede). Um recurso residente na memória permanente do computador (ROM) é entendido como parte do dispositivo no qual ela é armazenada, e, se catalogadas, seria tratada como um recurso de acesso remoto. Brinquedos programados, calculadoras e outros objetos programados são considerados fora do âmbito de aplicação da ISBD (ER). (IFLA, 1997).

- **ISBD (NBM)** [*Non-Book Materials / Materiais não Livro*]: 1977 (1ª Edição); 1987 (edição revisada). Especifica os requisitos para a descrição e identificação de itens não-livro, atribui uma ordem para os elementos da descrição e um sistema de pontuação. Suas disposições se referem aos registros bibliográficos produzidos por agências bibliográficas nacionais (em edições de bibliografia nacional impressas, em outros registros impressos e nos arquivos de dados legíveis por máquina), e aos registros bibliográficos de outras agências de catalogação, seja na forma legível por

máquina ou impressa. Os materiais monográficos não-livro compreendem uma gama de materiais (com exceção dos que são os temas de outras ISBDs) que têm por seu objetivo principal a transmissão de ideias, informações ou conteúdo. (IFLA, 1987).

- **ISBD A** [*Antiquarian* / Publicações Monográficas Antigas]: 1980 (1ª. Edição), 1991 (edição revisada). Destina-se a fornecer a descrição de livros antigos, em geral para catálogos, bibliografias e bases de dados que contenham registros de aproximadamente igual detalhe para livros, e outros materiais de biblioteca, de todos os períodos, e tenham sido desenvolvidos dentro do procedimento da ISBD (G) e seu texto anotado. Não é um conjunto de regras para a descrição bibliográfica completa de livros antigos, nem é apresentada como um texto definitivo para ser usado como está em bibliografias especializadas. (IFLA, 1991a).
- **ISBD (PM)** [*Printed Music* / Música Impressa]: 1980 (1ª. Edição); 1991 (edição revisada). Especifica os requisitos para a descrição e identificação destas publicações. Publicações musicais incluem documentos em forma legível ou em forma de relevo (Braille) para uso de cegos, e incluem aquelas publicações para distribuição limitada ou venda sob demanda. A ISBD (PM) está principalmente preocupada com publicações de música impressa. Para a descrição e identificação de publicações de música mais antigas, as instruções da ISBD (PM) e ISBD (A) para monografias pré-1801 devem ser aplicadas, se necessário. (IFLA, 1991b).

Outras normas foram propostas ao longo do período, mas não evoluíram de propostas para normas definitivas. É o caso da:

- **ISBD (AN)** [*Analytic Entries* / Analíticas]: 1977 (proposta de norma surgida durante Congresso Mundial, em Bruxelas, para definir requisitos de descrição de obras e partes de

obras contidas em uma Série e/ou em outras Obras); 1979 (Início de atividade do Grupo de Trabalho, das discussões havidas e definições levantadas, o Grupo renomeou sua nomenclatura e o da norma); passa a denominar-se **ISBD (CP)** [*Component Parts / Partes Componente*], 2003 (texto inicial apresentado, sem documento publicado definitivo). As diretrizes desta norma eram projetadas para auxiliar na descrição dos componentes de uma publicação (capítulos de livros, artigos de periódicos, faixas de gravações sonoras, etc.). As orientações aplicam-se apenas à descrição dos componentes que são emitidos com, em, ou como parte de um item, e que o mesmo seja dependente do item principal para fins de identificação bibliográfica ou acesso. O método de descrição estabelecido não se aplica às partes de publicações que são bibliograficamente independentes (por exemplo, título de um volume separado de um conjunto de outros volumes, ou as monografias individuais dentro de uma série monográfica). Também não se aplica na descrição dos componentes que foram reeditados ou estão disponíveis separadamente como itens independentes (por exemplo, separatas de artigos de periódicos), mas podem ser adaptados, se necessário, para atender demandas locais na descrição dos itens desta natureza. As orientações estabelecidas para descrever partes de componentes não substituem as normas estabelecidas para descrever um item bibliograficamente independente que faça parte de um grupo de itens mais amplo (por exemplo, descrições monográficas contendo notas da série para os itens que fazem parte de uma série monográfica). Também não se destinam a servir como o único meio de descrição de partes dependentes: pode-se ainda fazer uso de instruções alternativas para a descrição de partes dos componentes, como a descrição multinível, ou a forma abreviada de uma nota de conteúdo, etc. (IFLA, 2003).

3.2 ISBD Consolidada

Não há edições revistas das normas específicas, depois de todas as ISBDs publicadas terem sido consolidadas em uma única norma. Retornou-se para uma norma geral, ou seja, de certo modo, retornou-se ao ponto de partida, a ISBD(G).

Sobre esta mudança de direção, López Guillamón (2004, p. 145) comenta que, em 1998, a IFLA trabalhava no estudo da ISBD (M) concisa, com vista a estabelecer os dados bibliográficos mínimos com os registros redigidos pelas agências bibliográficas nacionais. Este procedimento foi paralisado à espera do final de trabalho do Grupo de Estudo dos FRBR. “As sucessivas revisões das ISBD e as consequentes alterações assumidas dos códigos de catalogação são, ao mesmo tempo, expoente da rapidez com que se produzem as mudanças catalográficas, e o testemunho de sua relativização, porque a realidade na catalogação vai mais depressa que os processos e normalização”.

Já, segundo Rios Hilários e Guerreiro (2011), o processo iniciou-se em 2003, quando o Grupo de Revisão das ISBD criou o Grupo de Estudos sobre a Futura Direção das ISBD, responsável pela análise de viabilidade sobre a unificação das normas, com o objetivo de facilitar a descrição dos recursos que compartilhem características de mais de um formato e contribuísse para o trabalho de manutenção e coesão das distintas normas.

Escolano Rodrigues e McGarry (2007) comentam a iniciativa de estabelecer correspondência entre a ISBD e FRBR. Este projeto foi encarregado a Tom Delsey, pelo ICABS (Aliança IFLA-CDNL para normas Bibliográficas), e o documento resultante foi aprovado pelo Comitê Permanente da Seção de Catalogação, em 9 de julho de 2004, com o título: *Mapping ISBD elements to FRBR entity attributes and*

relationships. O texto visou apresentar uma adaptação terminológica entre a ISBD e as entidades dos FRBR.

Segundo Delsey (2004), o seu trabalho se constituiu em uma tabela que buscou esclarecer a relação entre as ISBDs e o modelo FRBR mapeando cada um dos elementos específicos da Norma com o seu atributo de entidade correspondente ou relação, conforme definido no modelo FRBR. O mapeamento abrangeu todos os elementos especificados nos contornos nas últimas edições aprovadas das ISBDs a partir de julho de 2004. Os elementos analisados compreenderam as que constam do esboço da ISBD (G) para as áreas 1, 2, 4, 5, 6, e 8, assim como elementos específicos para a área 3 (área específica para o tipo de material ou de recurso) nas edições atuais da ISBD (CM), ISBD (CR), ISBD (ER) e ISBD (PM). Os elementos analisados na área 7 (área da nota) cobriram os tipos específicos de notas identificadas nas ISBD individuais.

Entretanto, por ser um modelo conceitual de alta abstração, optou-se pela manutenção da terminologia das ISBD e criou-se um documento isolado que as relacionasse com os FRBR. Ademais, o Grupo de Revisão introduziu mudanças terminológicas nas ISBD, dentre estas, por exemplo, conta a substituição dos termos: item, exemplar e publicação, pelo termo **recurso**. Em 2005 o Grupo de Estudos sobre a Futura Direção das ISBD conclui ser viável criar uma ISBD Consolidada, tendo publicado um texto preliminar em 2007. (ESCOLANO RODRIGUES E MCGARRY, 2007).

3.1.2 ISBD Consolidada e a área 0

Em 2009 foi proposta a criação da Área 0 (área de forma do conteúdo e do tipo de mídia), que objetiva solucionar os problemas relativos à Designação Geral de Material – DGM, encontrados nas edições preliminares da ISBD. Em 2010 desenvolve-se um esboço da edição definitiva da ISBD definitiva. (RIOS HILARIO e GUERREIRO, 2011).

Finalmente, em 2011, foi publicada a primeira edição da ISBD consolidada, que continua ainda em discussão.

A área 0 indica no começo da descrição tanto a forma ou formas na qual se expressa o conteúdo do recurso, como o tipo ou tipos de mídias utilizadas. Em relação ao primeiro elemento, da forma de conteúdo (imagem, música, texto, etc.), pode-se detalhar um ou mais qualificadores, segundo trata de especificar o tipo de conteúdo (cartográfico, anotado, executado), o movimento (movimento, fixo), a dimensão (duas dimensões, três dimensões), os sentidos (visual, tátil, etc.).

Quanto ao tipo de mídia, os termos são extraídos de uma lista terminológica (áudio, eletrônico, microforma, etc.). Outra prescrição recomenda fornecer os qualificadores sempre que conteúdo apresentar-se em diferentes formas e, ainda que o recurso não requeira nenhum tipo de mediação, há que indicar o elemento no registro, utilizando o termo: sem mediação. Na tabela 01 é exemplificado um registro de livro.

Tabela 01 – Descrição de Livro – ISBD Consolidada

Área 0	Texto (visual): sem mediação
Área 1	Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil / organizadoras Lena Lavinias, Liana Maria da Frota Carleial, Maria Regina Nabuco; autores, Cassio Frederico Camargo Rolim. .. [et al.]
Área 2	
Área 3	
Área 4	São Paulo: HUCITEC, 1993
Área 5	205 p.; 23 cm
Área 6	(Geografia: teoria e realidade; 19)
Área 7	Coedição com a ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. – Apoio FINEP.
Área 8	ISBN 85-271-0221-8

Fonte: Exemplo extraído de: Antonia Memória. Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2r em MARC21. 3ª ed. Brasília: Do Autor, 2006.

A ISBD incorpora novas mudanças, mas simplifica a catalogação de recursos que compartilham características comuns por meio de um formato. Integra os registros de ontem com os de hoje.

4. Conclusão

O texto apresenta um resumo histórico da ISBD para sinalizar que as normas de que é composta não se desenvolveram de forma isolada. Foram frutos dos estudos realizados pelos vários grupos de trabalho criados especificamente para concepção de cada norma ISBD a fim de adequar-se às mudanças dos documentos bibliográficos e seus efeitos no universo catalográfico. O resultado final destes estudos, manifestado na ISBD consolidada, exemplifica o esforço de décadas no aprimoramento dos instrumentos descritivos para o controle e intercâmbio mundial dos registros bibliográficos. Apesar da dificuldade que é o manuseio de um código com centenas de páginas, e com complexidade na localização das regras aplicadas aos materiais específicos.

Referências:

- Ríos Hilario, A. B.; Guerreiro, J. La aplicación de la ISBD consolidada en la descripción de los recursos electrónicos: similitudes y diferencias con la ISBD (ER). **Scire**, vol. 17, n.1, p. 41-48, 2011.
- IFLA Cataloguing Section and ISBD Review Group. **International Standard Bibliographic Description**. Disponível em: <http://goo.gl/qe2h8g>. Acesso em 10/06/2013
- Cunha, M. L. M. da. ISBD: origem, evolução e aceitação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, vol. 12, n. 1/2, p.7-14, Jan./Jun. 1979
- IFLA. **ISBD (M): International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications**. Revisão

2002. Disponível em: <http://goo.gl/S6MZSC>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (G)**: General International Standard Bibliographic Description. Revisão 2004. Disponível em: <http://goo.gl/EOKGGz>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (CM)**: International Standard Bibliographic Description for Cartographic Materials. Edição Revisada. Londres, 1987. Disponível em: <http://goo.gl/kxH9OD>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (CR)**: International Standard Bibliographic Description for Serials and Other Continuing Resources. Revisão 2002. Disponível em: <http://goo.gl/h0QoLs>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (ER)**: International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources. München, 1997. Disponível em: <http://goo.gl/jeBQOn>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (NBM)**: International Standard Bibliographic Description for Non-Book Materials. Edição revisada. Londres, 1987. Disponível em: <http://goo.gl/18Gj43>. Acesso em: 10/02/2015.
- IFLA. **ISBD (A)**: International Standard Bibliographic Description for Older Monographic Publications (Antiquarian). 2 ed. revisada. 1991a. Disponível em: <http://goo.gl/c066fO>. Acesso em: 11/02/2015.
- IFLA. **ISBD (PM)**: International Standard Bibliographic Description for Printed Music. 2 ed. revisada. London: K.G.Saur Munchen, 1991b. Disponível em: <http://goo.gl/Ub2hTq>. Acesso em: 11/02/2015.
- IFLA. **Guidelines for the application of the ISBDs to the description of Component Parts**. Washington, D.C.: Cataloging Directorate, Library of Congress, 2003. Disponível em: <http://goo.gl/bX9ORH>. Acesso em: 11/02/2015.
- Delsey, T. **Mapping ISBD elements to FRBR entity attributes and relationships**. IFLA, 2004. Disponível em: <http://goo.gl/47Cgqp>. Acesso em: 11/02/2015.